

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



1 - Responsável pela elaboração do ETP:

Nome: Jonnivaldo Silva dos Santos
Matrícula: 9043

2 – Descrição da necessidade (art. 18, §1º, inciso I):

Considerando que o município de Mata de São João possui uma vasta extensão territorial, na qual abriga diversos pontos turísticos, históricos e culturais.

Considerando a quantidade de habitantes residentes no município, bem como, a frequente transição de turistas e circulação de pessoas.

Considerando as necessidades que surgem com o crescimento da população residente no município, atrelados a expansão das áreas urbanas, zonas rurais e litorâneas, que geram o movimento da economia, educação, saúde, e demais fatores sociais.

Considerando as necessidades dos munícipes e transeuntes que convivem dentre os espaços urbanos e privados no âmbito da zona territorial do município.

Considerando que a limpeza urbana é vista como um serviço essencial à população, pois está diretamente ligada à saúde pública e ambiental, além de fazer parte dos serviços inseridos no saneamento básico.

Considerando que o consumo de água potável é fundamental para a garantia da qualidade de vida e da saúde do ser humano, permitindo a hidratação do corpo e a reposição dos chamados eletrólitos, que são os minerais necessários ao metabolismo humano.

Considerando o dever da administração pública sobre a manutenção e higienização das ruas, vias e logradouros, garantindo à sociedade um ambiente adequadamente saudável para o seu convívio diário.

Nesta senda, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos vem por meio do presente instrumento realizar a abertura de processo licitatório a fim de realizar a Contratação de empresa especializada para locação de caminhões de serviços do tipo: Caminhão pipa incluindo operador e combustível, a fim de atender as necessidades da prefeitura Municipal de Mata de São João/Ba. O presente instrumento tem como objetivo a disponibilização dos carros de serviços a fim de que possam operar sobre as atividades prestadas no âmbito da higienização das ruas e espaços públicos, bem como a manutenção de áreas elevadas e fornecimento de água potável aos munícipes, visando atender aos anseios da sociedade.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, inc. IX, expressamente atribuiu à União, Estados e Municípios a competência comum para promoção de melhorias nas condições de saneamento básico – conceito que abrange água, esgoto, gestão de resíduos sólidos e drenagem de água de chuva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



O município de Mata de São João dispõe do termo de incorporação onerosa de ativo vinculado, firmado com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (EMBASA), para prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com vigência até 17 de setembro de 2037.

Entretanto, consta no plano de ação a inclusão dos Sistemas de Abastecimento de Água - SAA em algumas localidades do município que não são beneficiados como o mencionado termo, devido a inexistência de canais responsáveis pelo transporte de água até às residências de algumas comunidades como: Vila de Camaçari, Vila de Itapeirica, Vargem Grande, Bebedouro, Carijó, Serrão, Campo de Bola, Mata Burro, Agrovila, Jandoim, Castanheiro, Mucugê, Assentamento Nova Esperança e Capa Bode. Contudo a provisão do Sistemas de Abastecimento de Água - SAA nas localidades inatingíveis obedecerá a um cronograma firmado entre a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (EMBASA) e a Prefeitura de Mata de São João no mencionado Termo, sendo distribuídas até o exercício de 2027, conforme cronograma disponibilizado pela Entidade e encartada aos autos do processo.

Para tanto, até que os sistemas de abastecimento sejam devidamente instalados, torna-se obrigação da administração à disponibilização de água potável aos moradores das localidades garantindo assim o direito ao saneamento básico definidamente determinado pela Constituição Federal.

Contudo, ante tal necessidade, acrescenta-se ao dever da administração pública a manutenção e higienização das ruas, vias e logradouros, garantindo à sociedade um ambiente adequadamente saudável para o seu convívio diário. Isto posto, demandasse a disponibilização de água reutilizável a fim de realizar a limpeza adequada garantindo facilidade e eficiência no seu objetivo.

A presente demanda denomina-se como conjunta, considerando que há secretarias que dispõem de equipamentos públicos localizados nas comunidades inacessíveis ao abastecimento fornecido pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A, sendo necessária a disponibilização devida de água potável para continuidade dos serviços prestados.

Considera-se a presente contratação como necessária, tendo em vista as demandas ocorrentes no município, e que, exposto a isso, a Administração Pública visa solucionar de maneira eficiente e eficaz aos anseios da sociedade, tendo como objetivo a economia e vantajosidade sobre os serviços prestados, mantendo uma boa relação de custo-benefício mediante a estipulação de critérios que estejam dentro das condições vantajosas para a Administração, agregando qualidade, normas técnicas, e aproveitando os recursos financeiros de forma sustentável.

3 – Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual (art. 18, §1º, inciso II):

Salienta-se que a despesa está devidamente prevista no **Plano Contratações Anual (PCA)** da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, vinculada ao objeto **nº 21**, conforme planejamento para o exercício de **2026** do Município de Mata de São João/BA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Ressalta-se, ainda, que o objeto da contratação encontra-se devidamente contemplado no último instrumento publicado e será incluído na próxima atualização do referido documento, garantindo alinhamento com as diretrizes e exigências normativas vigentes. A solicitação para inclusão no instrumento de 2026 encontra-se formalizada através da **Comunicação Interna 4.161/2026** encartada aos autos do processo.

4– Requisitos da Contratação (art. 18, §1º, inciso III) / Obrigações da EMPRESA e ADMINISTRAÇÃO:

Dada a necessidade de atender às normas reguladoras e especificações técnicas dos serviços em questão, fica evidente a importância de uma abordagem que assegure plena conformidade e qualidade dos serviços prestados pela organização. Para a participação na licitação a ser instaurada, a empresa licitante deverá comprovar que possui capacidade por meio de:

1.1. Atestado de capacidade técnica:

- a) Atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto deste processo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado;

Para a execução do objeto, a licitante deverá comprovar a qualificação técnica operacional mediante a apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução anterior de, no mínimo, **15 (quinze) diárias, correspondentes a 30% (trinta por cento) do quantitativo da parcela de maior relevância e valor significativo (Item 2) da contratação**, em estrita observância ao art. 67, § 1º e § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Será permitida a soma de atestados para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, desde que os documentos apresentados, em conjunto, demonstrem a experiência requerida e a aptidão da licitante para a execução concomitante das obrigações.

O (s) atestado (s) deverá (ão) ser apresentado com o reconhecimento da firma de quem o emitir, salvo os documentos públicos, conforme o Art. 19, inciso II, da Constituição Federal de 1988.

1.2. No ato de Formalização das Obrigações:

- a) O licitante vencedor deverá comprovar, mediante apresentação de cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) em nome da empresa, ser detentor de todos os veículos previstos no Lote Único ou, na hipótese de subcontratação admitida, de pelo menos 01 (um) dos veículos a serem disponibilizados para execução do objeto
- b) O licitante vencedor deverá comprovar através de documento emitido pelo Departamento Estadual de Trânsito, que os veículos não possuem nenhum tipo de restrição administrativa ou judicial ou de qualquer outra natureza que possa interromper a utilização do equipamento, durante a execução do contrato;





- Disponibilizar equipamento adequado para transporte e distribuição de água potável e reutilizável;
- Dispor de equipamento com **capacidade mínima** de 8.000 litros de água;
- Para o transporte de água reutilizável deverá utilizar equipamento diferente do transporte de água potável, a fim de evitar a possibilidade de contaminação;
- O equipamento deverá possuir acessórios como motor bomba e mangote;
- O veículo deverá apresentar características em conformidade com a norma ABNT NBR N° 16882:2020;

Cumprе ressaltar, que a fim de que seja assegurado a prestação dos serviços e harmonia sobre a execução do contrato, a empresa EMPRESA deverá realizar os seguintes serviços adicionais:

- Consultoria Técnica e Suporte;
- Fornecimento de informações técnicas sobre especificações e serviços;
- Logística abrangente, incluindo opções de serviço expresso.

A EMPRESA deverá cumprir com o cronograma de serviços, estando a disposição para atendimento sobre as possíveis alterações do período a ser executado, tendo em vista que atenderá as necessidades da Administração, considerando a demanda e atividades a serem realizadas.

1.3. Do local dos serviços e mobilização:

Os serviços ocorrerão ou poderão ocorrer em todo o território do Município de Mata de São João.

1.4. Dos veículos:

Os veículos deverão estar disponíveis para atender as necessidades da Administração durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, e nos 07 (sete) dias da semana, com motorista e combustível;

Os veículos deverão ser apresentados com a respectiva documentação de porte obrigatório, após vencedora;

O abastecimento de combustível dos veículos locados será por conta da EMPRESA;

A empresa deverá possuir todos os itens de segurança conforme o Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

Nos sinistros ocorridos com os veículos será de total responsabilidade da EMPRESA o pagamento de danos materiais, danos morais e corporais, inclusive de terceiros;





A EMPRESA será responsável pela manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e substituição dos equipamentos em caso de pane ou sinistro;

A licitante deverá informar que os veículos não possuem nenhum tipo de restrição administrativa ou judicial ou de qualquer outra natureza que possa interromper a utilização do equipamento, durante a execução do contrato;

Caso ocorra algum imprevisto que inviabilize o prosseguimento dos serviços programados com o veículo de trabalho, a EMPRESA terá o prazo de 24h (vinte e quatro) horas para colocar o equipamento em condições de funcionamento;

Casos especiais, em que fogem aos prazos indicados a EMPRESA, deverão ser justificadas por escrito a ADMINISTRAÇÃO para análise e julgamento;

Somente em situações especiais e avaliadas pela ADMINISTRAÇÃO, será admitida a paralisação dos serviços;

Caso o prazo previsto no parágrafo anterior não possa ser cumprido a EMPRESA deverá fornecer, em até 48 (quarenta e oito) horas outro caminhão de iguais características, sem ônus para o ADMINISTRAÇÃO;

A não substituição do (s) equipamento (s) por período superior a 48 (quarenta e oito) horas, será considerado atraso para execução do contrato, ficando incluso nas penalidades previstas neste contrato e na Lei 14.133/2021.

A empresa ficará responsável pelos custos de mobilização inicial e de mobilização final do equipamento locado;

Todos os equipamentos devem atender às exigências do CONTRAN;

A empresa deverá estar com todos os equipamentos obrigatórios e em perfeito estado de conservação e funcionamento, e com toda a documentação regularizada (quando necessário) de acordo com o código de trânsito vigente;

Da contratação do Caminhão pipa

A EMPRESA deverá disponibilizar veículo (Caminhão pipa) de transporte para **água potável**, bem como o veículo adequado para transporte de **água reutilizável**, quando solicitado na ordem de serviço;

Para o transporte de água reutilizável deverá ser utilizado um equipamento diferente do transporte de água potável, a fim de evitar a possibilidade de contaminação;

O abastecimento da água para utilização do serviço será de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO, sendo de responsabilidade da EMPRESA o deslocamento até o local para esse abastecimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



O abastecimento somente poderá ser realizado mediante autorização da ADMINISTRAÇÃO;

Os veículos deverão possuir as características em conformidade com a norma **ABNT NBR 16882:2020**;

1.5. Da manutenção dos veículos:

A manutenção dos veículos correrá por conta da EMPRESA, inclusive, combustível, lubrificantes, substituição e reposição de peças, pneus e acessórios, devendo a EMPRESA apresentar os veículos em perfeitas condições de uso, conservação e limpeza, considerando-se infração não cumprimento destas condições;

A EMPRESA se comprometerá a manter os caminhões e os equipamentos em boas condições operacionais, mecânicas, elétricas, funilaria, pintura, adesivos visuais, pneus e higienização interna e externa, executando regulagens e reparos necessários e substituindo peças que por defeito ou desgaste normal prejudiquem o seu funcionamento;

Nas eventuais paradas para revisões ou consertos de avarias, ou quando houver fato impeditivo (acidentes, quebra, manutenção periódica ou outros), o caminhão será substituído por outro de idêntica especificação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

1.6. Do licenciamento dos veículos:

As despesas oriundas de IPVA, emplacamento, licenciamento, seguro obrigatório, taxas, (e demais impostos referentes aos veículos) correrão por conta da EMPRESA;

Na hipótese de renovação dos licenciamentos dos veículos, a EMPRESA deverá fornecer a documentação vigente para o ano, antes de atingir a sua data limite de vencimento.

1.7. Da prestação dos serviços de motorista profissional:

A EMPRESA será responsável por todas as despesas relacionadas à contratação dos motoristas que prestarão os serviços, atendendo todas as Legislações Trabalhistas, ficando também por conta da EMPRESA as despesas com alimentação, transporte, hospedagem e encargos sociais do motorista/operador;

O condutor do veículo deverá portar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), de categoria compatível ao exigido para a condução do equipamento, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro;

Não permitir que condutor não credenciado e não habilitado, na forma da lei, conduza o veículo cuja contratação tenha sido objeto deste contrato;

1.8. Custos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Todos os insumos necessários para a prestação dos serviços, e outros fatores que por assim sejam requisitados ocorrerão por conta da EMPRESA, o que inclui entrega no local indicado pela ADMINISTRAÇÃO, transporte, bem como utilização de equipamentos e pessoal ou o que for necessário, sendo que não poderá haver nenhuma reclamação por parte da EMPRESA, no sentido de cobranças ou ressarcimentos relativos a tal assunto.

A Empresa deverá apresentar juntamente com suas propostas de preços uma planilha de todos os custos, despesas e receitas envolvendo o referido serviço, conforme modelo:

ITEM	PERC. (%)	VALOR TOTAL
Mão De Obra		R\$ -
Tributos		R\$ -
Insumos		R\$ -
Lucro/BDI		R\$ -
Combustível		R\$ -
Despesas Administrativas		R\$ -
VALOR TOTAL	100%	R\$ -

1.9. Sustentabilidade

O objeto da presente contratação incumbe à empresa arrematante a obrigação de fornecimento de equipamento, que pode ou não, ser fabricado por esta. E ainda sendo fabricado, é possível que alguns componentes, não sejam elaborados também pela arrematante.

No entanto, a competência da EMPRESA não amplia totalmente aos processos de fabricação dos itens, sem necessidade de adoção de medidas obrigatórias que acionem a redução dos impactos ambientais e/ou logística reversa.

O uso inadequado ou a operação negligente de caminhões pipa pode representar riscos ao meio ambiente, principalmente quando se trata do transporte e manuseio de água. Alguns dos riscos ambientais associados aos caminhões pipa incluem:

- Contaminação da Água:** A água armazenada em caminhões pipa pode ser usada para diversas finalidades, como irrigação, abastecimento de comunidades ou uso em reforma de estradas vicinais. Se essa água não for tratada adequadamente ou se o caminhão não estiver devidamente higienizado, há o risco de contaminar as fontes de água potável.
- Uso Excessivo de Recursos Hídricos:** O uso excessivo de água por caminhões pipa pode contribuir para a escassez de água, especialmente em áreas onde os recursos hídricos já estão comprometidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



3. **Erosão do Solo:** Operar caminhões pipa em estradas não pavimentadas ou em áreas de solo exposto pode contribuir para a erosão do solo, resultando na perda de nutrientes e na degradação do ambiente circundante.

A fim de reduzir esses potenciais riscos e assegurar o uso seguro e ambientalmente consciente dos caminhões pipa, é crucial implementar procedimentos adequados de operação e manutenção, aderir às normas ambientais vigentes e empregar medidas preventivas para evitar tais cenários. Adicionalmente, é fundamental certificar-se de que o transporte seja realizado de acordo com as mais recomendadas práticas ambientais.

1.10. Obrigações da Empresa:

A Empresa deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- I. A **EMPRESA** deverá assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços e dos eventuais danos deles decorrentes, de acordo com as normas deste Termo Referência, do Contrato a ser lavrado e demais documentos que o integram;
- II. A **EMPRESA** será a única responsável pela segurança dos trabalhos de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, devendo fornecer e exigir o uso de equipamentos de proteção individual, adequados para o serviço;
- III. A **EMPRESA** responderá por todas as despesas e obrigações relativas a salários, previdência social, seguros contra acidentes, e quaisquer outras implicações de natureza trabalhista e, notadamente, pelo fiel cumprimento dos dispositivos da CLT e legislação correlata;
- IV. A **EMPRESA** deverá tomar todas as providências no sentido de serem cumpridas, rigorosamente, por seus empregados, as normas de higiene e de prevenção de acidentes ocupacionais, em conformidade com a legislação vigente;
- V. A **EMPRESA** deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e de Segurança e Medicina do Trabalho e atender as demais normas legais;
- VI. A **EMPRESA** deverá garantir a observância, por parte de seus empregados, garantindo a apresentação de motoristas devidamente habilitadas para execução;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



- VII. A Fiscalização poderá, a qualquer tempo, exigir a dispensa, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, dos trabalhadores que não atenderem ao estabelecido neste item. Se a dispensa der origem à ação na Justiça do Trabalho, a **ADMINISTRAÇÃO** não arcará, em nenhum caso, com qualquer responsabilidade;
- VIII. A **EMPRESA** será responsável pelo bom comportamento do seu pessoal no local dos serviços.
- IX. Cabe à **EMPRESA** atender rigorosamente as normas de procedimento impostas pela fiscalização, em relação ao pessoal, trânsito de veículos e materiais;
- X. A **EMPRESA** será integralmente responsável pela execução das tarefas de acordo com a determinação da Fiscalização;
- XI. A **EMPRESA** será responsável por eventuais danos provenientes da má conduta de seus funcionários no manuseio dos veículos e equipamentos utilizados nos serviços contratados;
- XII. A **EMPRESA** responderá, como única responsável, durante a vigência do Contrato, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos, excluída a Municipalidade quaisquer reclamações ou indenizações;
- XIII. A **EMPRESA** arcará integralmente com os custos decorrentes dos seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de danos materiais e/ou pessoais causados a seus empregados e a terceiros;
- XIV. A **EMPRESA** deverá observar a proibição de exploração de publicidade nos veículos e equipamentos ou nos uniformes dos empregados envolvidos na execução dos serviços;
- XV. Somente deverão constar dizeres ou símbolos autorizados pela **ADMINISTRAÇÃO**;
- XVI. A **EMPRESA** deverá prestar, sempre que solicitado, toda a orientação e demais esclarecimentos referentes à execução dos serviços aos funcionários da Prefeitura indicados pela Fiscalização;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



- XVII. A **EMPRESA** fica obrigada a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- XVIII. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no Contrato;
- XIX. A **EMPRESA** deverá administrar seu quadro de pessoal no tocante às questões relativas à política salarial, a qual assumirá integralmente e por sua conta e risco as consequências financeiras da negociação, sendo expressamente vedada a transferência de quaisquer ônus trabalhistas à **ADMINISTRAÇÃO**;
- XX. A **EMPRESA** deverá responsabilizar-se pela boa execução e eficiência dos serviços que executar, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados à **ADMINISTRAÇÃO** ou a terceiros;
- XXI. Obriga-se também a **EMPRESA** por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato;
- XXII. É vedado à **EMPRESA** caucionar ou utilizar o presente Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **ADMINISTRAÇÃO**;
- XXIII. A **EMPRESA** deverá responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de impostos, despesas com mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços;
- XXIV. A **EMPRESA** deverá comunicar verbalmente, de imediato, e confirmar por escrito à **ADMINISTRAÇÃO**, a ocorrência de qualquer impedimento da prestação dos serviços;
- XXV. A **EMPRESA** deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização na execução dos serviços contratados;
- XXVI. Receber o preço estipulado;
- XXVII. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



- XXVIII. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto;
- XXIX. A EMPRESA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, **os serviços efetuados** em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- XXX. A concessão de férias coletivas por parte da EMPRESA aos seus funcionários, não poderá eximir a obrigação de manter estrutura mínima para atendimento da demanda da ADMINISTRAÇÃO;
- XXXI. Comunicar a Prefeitura Municipal de Mata de São João os eventuais casos fortuitos ou fatos supervenientes, dentro do **prazo de 02 (dois) dias corridos**, após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva comprovação **em até 05 (cinco) dias consecutivos**, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;
- XXXII. Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes da paralisação na prestação dos serviços de manutenção, salvo na ocorrência de caso fortuito ou fatos supervenientes, sem que haja culpa da EMPRESA, desde que devidamente apurados, na forma da legislação vigente e sejam comunicados a Prefeitura Municipal de Mata de São João **no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos** da ocorrência;
- XXXIII. Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste Contrato;
- XXXIV. Nos preços a serem orçados estarão inclusas todas as parcelas relativas aos custos do frete, EPI's, seguro, taxas, impostos, e demais encargos incidentes;
- XXXV. Obriga-se também a EMPRESA por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato;
- XXXVI. A EMPRESA deverá prestar esclarecimentos a SEOSP - Secretaria de Obras e Serviços Públicos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva independentemente de solicitação;
- XXXVII. A EMPRESA deverá ainda:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



- a) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos e/ou técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- b) Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- c) Apresentar à ADMINISTRAÇÃO, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o prédio da ADMINISTRAÇÃO para execução do serviço, quando for o caso;
- d) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- e) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a EMPRESA relatar à ADMINISTRAÇÃO toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- f) Relatar à ADMINISTRAÇÃO toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- g) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; bem como não permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- h) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- i) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de cada orçamento apresentado, caso o previsto inicialmente nesse orçamento não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados conforme lei federal 14.133/2021.

1.11. Obrigações da Administração:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



- a) Manter com a EMPRESA, contatos preferencialmente por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que, entretanto, deverão ser formalizados oportunamente;
- b) Nos termos do art. 117, Lei nº 14.133 de 2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- c) Fiscalizar a execução do contrato;
- d) Dar à EMPRESA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- e) Constatando-se qualquer irregularidade, o responsável pela fiscalização da execução do contrato, deverá de imediato e por escrito, comunicar à secretaria competente, que tomará as medidas pertinentes, consoantes a Lei 14.133/2021.

1.12. Subcontratação:

É vedada a subcontratação total do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA.

Será **FACULTADA** a subcontratação para disponibilização dos veículos requisitados **NOS ITENS 1 E 2 REFERENTES AO LOTE ÚNICO, SENDO OBRIGAÇÃO DA EMPRESA SER PROPRIETARIA DE PELO MENOS 01 (UM) DOS VEÍCULOS.**

A EMPRESA deverá apresentar **notas fiscais de aquisição do veículo ou CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO (CRLV)** em nome da arrematante sobre pelo menos 01 (um) dos caminhões pertencentes ao LOTE, ficando facultada a possibilidade de subcontratação sobre o outro veículo.

A possibilidade de subcontratação somente caberá a sublocação dos veículos, não estando inclusos a disponibilização de mão de obra, combustível, seguro e manutenção, visto todas essas obrigações deverão ser realizada pela **EMPRESA**.

A SUBCONTRATAÇÃO DEPENDERÁ DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ADMINISTRAÇÃO A QUEM INCUMBE AVALIAR SE A SUBCONTRATADA CUMPRE OS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO;

Havendo subcontratação conforme a possibilidade supramencionada, a empresa SUBCONTRATADA estará subordinada a todas as exigências da **EMPRESA**.

A **EMPRESA** deve providenciar e apresentar à **FISCALIZAÇÃO**, a cópia do contrato celebrado.

É vedada a subcontratação de empresa declarada inidônea ou suspensa de licitar com órgão da Administração Pública e que apresente irregularidades fiscais;

Em qualquer hipótese permanece a responsabilidade integral da **EMPRESA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão das atividades



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



desempenhadas pela SUBCONTRATADA, bem como responder perante a **ADMINISTRAÇÃO** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais.

A comprovação da propriedade do veículo próprio e da subcontratação será exigida exclusivamente no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante apresentação do CRLV em nome da empresa e dos documentos pertinentes à subcontratação.

1.13. Garantia da Contração/execução:

Não será exigida a garantia de execução do fornecimento, considerando que o objeto da presente aquisição será solicitado conforme a necessidade da administração.

1.14. Garantia de Participação:

Não será exigido garantia de participação;

5 – Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (art. 18, §1º, inciso IV):

A quantidade estimada para a contratação baseia-se no histórico do objeto, acompanhado dos memoriais de cálculo da secretaria demandante, bem como, sobre os demais departamentos concernentes a utilização do objeto, garantido assim a economia de escala e a centralização sobre a solução das necessidades.

As planilhas com os valores serão devidamente encartadas aos autos do processo, com as referidas memórias de cálculo e as devidas alterações.

6 – Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (art. 18, §1º, inciso V):

Após levantamento de mercado através de pesquisa de preço, de acordo com a atual necessidade foi levantada a seguinte solução:

Solução 1: Aquisição de caminhões de serviço do tipo: Caminhão pipa, a fim de atender as demandas da Prefeitura Municipal de Mata de São João;

Solução 2: Contratação de operadores especializados e aquisição de veículos do tipo: caminhão pipa a fim de atender as demandas da Prefeitura Municipal de Mata de São João;

Solução 3: Contratação de empresa especializada para locação de caminhões de serviços do tipo: Caminhão pipa, incluso operador e combustível, a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Mata de São João/Ba

A SOLUÇÃO 01 é inviável, visto que não atende completamente o que se propõe. Considerando que a aquisição dos caminhões acarretaria demais custos à administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



como: combustível, manutenção, contratação de mão de obra especializada na operação do equipamento ou custo com cursos para aprimoramento da mão de obra disponível. Além de possibilitar atraso e retardação na prestação do serviço em caso de parada por manutenção corretiva e/ou preventiva sem a devida substituição.

A SOLUÇÃO 02 apresenta-se como inviável, visto que a contratação acarretaria nos encargos trabalhistas com os funcionários a desempenharem as funções, além da especialização na operação dos veículos, bem como as licenças requeridas e normas regulamentadoras que necessitariam estar sempre em regularidade com a Administração. Junto a isto, a aquisição dos veículos aumentaria os custos a Gestão, já que englobaria as despesas com manutenção, combustível, documentações e demais fatores.

A SOLUÇÃO 03 é considerada a alternativa mais viável, tendo em vista que ao terceirizar os veículos por meio de locação, a administração não precisaria arcar diretamente com a compra do veículo e seus custos de manutenção, combustível e contratação de mão de obra, o que pode representar uma economia significativa. Além disso, ao contar com uma empresa especializada, é possível garantir a disponibilidade de veículos adequados para cada tipo de tarefa, o que contribuiria para a eficiência das operações, podendo estabelecer cláusulas que garantam a qualidade do serviço, a conformidade com as demandas específicas e a pontualidade na realização das atividades, tendo maior controle sobre a execução das tarefas e provendo um maior foco nas atividades estratégicas da administração.

7 – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18, §1º, inciso VI):

Para a estimativa do valor da presente contratação foi utilizado como base os valores obtidos sobre o histórico de contratações por meio do **Dispensa nº 10/2025** tendo como o montante final a quantia de: **R\$145.073,72 (Cento e quarenta e cinco mil e setenta e três reais e setenta e dois centavos).**

Ressalta-se que a citada estimativa não corresponde ao valor referencial para contratação, sabendo-se que serão efetuadas buscas em mais de uma fonte a fim de estimar um valor compatível com o praticado no mercado e em condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

Insta frisar que a referida ata de registro de preços, utilizada como estimativa de valor, bem como, o devido memorial de cálculo no que dispõe sobre o esclarecimento das quantidades e planilha orçamentária de referência com os quantitativos e valores unitários e totais estarão devidamente encartados ao processo, juntamente com documento de declaração de preços justificando-se a metodologia a ser utilizada para o alcance dos valores.

8 – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (art. 18, §1º, inciso VII).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



A presente contratação visa a locação dos veículos estipulados para a prestação dos serviços de higienização, abastecimento e requalificação das ruas e espaços públicos, visando atender aos anseios da sociedade, conforme descrito nos memoriais de cálculo anexos ao processo.

Quanto à manutenção e assistência técnica, optou-se por não incluí-las como obrigação contratual direta, uma vez que a empresa prestadora do serviço já assume a responsabilidade integral pela operacionalidade do veículo, conforme previsto em seu escopo de serviços. Essa decisão otimiza a gestão do contrato, evitando sobreposição de atribuições e garantindo que a administração pública concentre esforços na fiscalização dos resultados entregues.

9 – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, §1º, inciso VIII):

A presente contratação será por lote único, fundamentada no princípio da economicidade e na promoção da competitividade entre os licitantes. Este critério visa não apenas garantir a eficiência financeira, mas também estimular a busca pela excelência, incentivando uma competição saudável que resulte em benefícios tangíveis para todas as partes envolvidas no processo licitatório.

Considerando que o agrupamento em lotes apontou à aquisição dos itens associados que guardam compatibilidade entre si, sendo estes no que tangem as ferramentas, utensílios de jardinagem e utensílios em geral, em que, deverão ser fornecidos de acordo com as atividades desempenhadas.

Dessa forma, o agrupamento dos itens, em que, não se aglomeram em um montante de grande vulto, possibilita a forma de licitação em lote, em que, observa-se inclusive as regras de mercado para a comercialização dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

O parcelamento por lotes garante uma melhor distribuição sobre o tipo item de cada grupo, possibilitando que as empresas disputem sobre os lotes no qual possuem melhor eficiência em seus serviços e comercialização. Pontua-se dessa forma o quanto disposto no art. nº 40, da Lei federal 14.133/21:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

V - Atendimento aos princípios:

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e





III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Destarte, o julgamento selecionado assegura a vantajosidade do objeto para administração, bem como, possibilita a participação de vários fornecedores, resguardando assim o princípio da economicidade, além de assegurar o princípio da isonomia e competitividade proporcional ao dispêndio.

10 – Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, §1º, inciso IX):

Para a presente contratação pretende-se disponibilizar o equipamento adequadamente viável para auxílio na realização dos serviços dependentes deste, garantindo segurança, eficiência e economicidade sobre os serviços relativos e concernentes ao transporte e disponibilização de água potável e reutilizável.

Pontua-se a seguir alguns benefícios potenciais sobre a presente contratação, considerando o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

- Expertise Técnica: Empresas especializadas normalmente possuem uma equipe técnica altamente qualificada e experiente, o que garante a execução de serviços de manutenção com conhecimento especializado.
- Redução de Custos Operacionais: Ao terceirizar os serviços, a Secretaria pode evitar despesas relacionadas à contratação e treinamento de pessoal interno para a manutenção.

No entanto, é importante ressaltar que a escolha de uma empresa especializada requer uma cuidadosa avaliação e monitoramento constante para garantir que os serviços atendam às necessidades específicas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos de Mata de São João.

11 – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (art. 18, §1º, inciso X):

Considerando o histórico contratual associado ao presente objeto e a ampla experiência decorrente da execução de contratos semelhantes por parte desta secretaria, aliado ao já estabelecimento claro das obrigações inerentes tanto à contratante quanto à contratada, torna-se desnecessária a imposição de exigências adicionais por parte da administração.

Nesse contexto, fica dispensada a demanda por capacitação adicional de servidores ou empregados, uma vez que a fiscalização e gestão contratual desta contratação já se beneficiam da expertise acumulada ao longo do tempo e da robustez dos processos anteriormente estabelecidos. Essa abordagem proporciona uma condução mais eficiente e simplificada do processo, otimizando recursos e permitindo um foco mais direcionado às nuances específicas e desafios inerentes à execução do contrato em questão.





12 – Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, inciso XI):

Para a presente contratação não se faz necessário que a administração conte com contratações que guardem correlação ou de dependência mútua, operando de maneira independente, dispensando qualquer necessidade de conexões ou interligações.

13 – Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (art. 18, §1º, inciso XII):

O objeto da presente contratação incumbe à empresa arrematante a obrigação de fornecimento de equipamento, que pode ou não, ser fabricado por esta. E ainda sendo fabricado, é possível que alguns componentes, não sejam elaborados também pela empresa.

No entanto, a competência da contratada não amplia totalmente aos processos de fabricação dos itens, sem necessidade de adoção de medidas obrigatórias que acionem a redução dos impactos ambientais e/ou logística reversa.

13.1. Sobre a contratação do caminhão pipa

O uso inadequado ou a operação negligente de caminhões pipa pode representar riscos ao meio ambiente, principalmente quando se trata do transporte e manuseio de água. Alguns dos riscos ambientais associados aos caminhões pipa incluem:

1. **Contaminação da Água:** A água armazenada em caminhões pipa pode ser usada para diversas finalidades, como irrigação, abastecimento de comunidades ou uso em reforma de estradas vicinais. Se essa água não for tratada adequadamente ou se o caminhão não estiver devidamente higienizado, há o risco de contaminar as fontes de água potável.
2. **Uso Excessivo de Recursos Hídricos:** O uso excessivo de água por caminhões pipa pode contribuir para a escassez de água, especialmente em áreas onde os recursos hídricos já estão comprometidos.
3. **Erosão do Solo:** Operar caminhões pipa em estradas não pavimentadas ou em áreas de solo exposto pode contribuir para a erosão do solo, resultando na perda de nutrientes e na degradação do ambiente circundante.

A fim de reduzir esses potenciais riscos e assegurar o uso seguro e ambientalmente consciente dos caminhões pipa, é crucial implementar procedimentos adequados de operação e manutenção, aderir às normas ambientais vigentes e empregar medidas preventivas para evitar tais cenários, conforme a serem previstas para condições de execução de serviço em Termo de Referência e Instrumento contratual. Adicionalmente, é fundamental certificar-se de que o transporte seja realizado de acordo com as mais recomendadas práticas ambientais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



14 – Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, §1º, inciso XIII):

Após análise detalhada dos estudos técnicos que acompanham a presente declaração, o especialista responsável pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, devidamente identificado no **item 01** e subscritor desta declaração, atesta a viabilidade da contratação da solução proposta. Tal conclusão fundamenta-se nos seguintes fundamentos:

- a) A modalidade de contratação proposta é considerada a mais adequada, sendo respaldada por critérios técnicos que a legitimam como a opção mais indicada;
- b) A solução apresenta a máxima probabilidade de alcançar os resultados desejados, respaldada por análises técnico-científicas que evidenciam sua eficácia;
- c) Os riscos associados ao projeto foram devidamente identificados e mitigados, demonstrando um planejamento sólido e precavido para as eventualidades;
- d) O projeto cumpre integralmente os princípios basilares da administração pública, notadamente os de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, assegurando uma gestão responsável e otimizada dos recursos envolvidos.

Esta declaração, portanto, ratifica a pertinência e a adequação da solução proposta, respaldada por uma análise técnica criteriosa e fundamentada nos preceitos da efetividade e responsabilidade na gestão pública.

Mata de São João, Bahia, 08 de abril de 2026,

Elaborado por:

(Assinatura Digital)

Jonnivaldo Silva dos Santos

Subcoordenador de Cadastro

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Matrícula: 9043

Ciente e de acordo,

(Assinatura digital)

Allan Lucas Carvalho Tavares

Coordenador Administrativo

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Matrícula: 8482



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antônio Garcez, nº 140 - Mata de São João – BA

Tel.: (71) 3635-1310